

# ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUDO



#### MENSAGEM 034/93 - E

Senhor Presidente, Senhores Vereadores

Encaminhamos para apreciação o Projeto de Lei 034/93 - E que, altera as aliquotas de cobranças da Taxa de Iluminação Pública. Inúmeras tem sido as reclamações de contribuintes, quanto ao valor da Taxa de Iluminação Pública, constatando-se realidade, que em muitos casos, pelo sistema atual, as pessoas pagam mais de Iluminação do que o valor do Consumo de Luz. Essa discrepância tem acontecido nos últimos meses, desde que a CEEE tem procedido ganhos reais sobre o custo da Energia Elétrica. Pelo sistema, atualme<u>n</u> te em vigor, são penalizados, principalmente, es pequenos consumidores. Pela Tabela de alíquotas que estamos propondo no Art. 2º, presente Projeto, acreditamos estar restabelecendo o critério de jus tiça, uma vez que os pequenos, que gastam de 000 a 060 KWH, são ise $\underline{\mathbf{n}}$ tos, e os mais penalizados são os que gastam mais, restabelecendo um equilibrio, inclusive na arrecadação.

O mesmo critério adotamos para os consumidores come<u>r</u> ciais e industriais. E quanto a tabela Rural, deve ficar claro que, só vão pagar Taxa de Iluminação Pública os proprietários ou consumidores que efetivamente possuem Iluminação Pública.

A evidência que deve permanecer, é a cobrança da Taxa em si. Jamais o Poder Público Municipal pode abdicar desta recei
ta, uma vez que o serviço é prestado, e por sinal com um ônus muito
grande. A título de informação, nos meses de abril, maio e junho a
receita e a despesa conservaram um relativo equilíbrio, considerando
só o gasto com a iluminação (energia), sem considerar os gastos com
lâmpadas e luminárias que, a rigor também deveriam sair desta receita.

Câmara de Verendores

DESPACION

Letire-re e Agande-re

EMOZO 10192 Itela Chegg

γ'.....



# ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUDO

MENSAGEM 034/93 - E - F1 02

Sabemos que, o Projeto é polêmico, tanto que, já propusemos a sua vigência, a partir de outubro.

Esperamos, senhor Presidente e senhores Vereadores, que Vossas Excelências tenham o suficiente discernimento para chegar a um bom termo e aprovar o presente Projeto de Lei.

Firmamo-nos com as mais calorosas manifestações de apreço.

Câmara de Vereadores

DESPACHO

Lefine-x e finguive-x

EN/(10/93) | May Classes

Pres fente

Agudo, 20 de agosto/de 1993.

ARI ADVES ANUNCIAÇÃO Prefeito Municipal



# ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUDO

#### PROJETO DE LEI 034/93 - E

ALTERA ARTIGOS 1º, 4º, 5º e 6º DA LEI MUNICIPAL Nº 567/85 DE 23 DE OUTUBRO DE 1985.

#### O PREFEITO MUNICIPAL DE AGUDO,

FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

- Art. 1º "Art. 1º Fica alterado o Ítem I do artigo 1º da Lei Mu nicipal nº 567/85 de 23 de outubro de 1985, que passará a ter a seguinte redação:
  - I Em relação aos serviços de <u>Iluminação Pública</u>: para os imóveis não edificados em razão de 10,0% (Dez por cento) do valor de referência definido no artigo 191 des te Código por metro linear de testada do imóvel beneficiado pelo serviço."
- Art. 2º "Art. 4º A taxa definida no artigo 2º incidirá sobre cada uma das economias beneficiadas pelo serviço de energia elétrica, levando-se em conta o consumo mensal de KWH (quilowatt/hora), sobre o qual incidirão as resultantes da aplica ção dos percentuais das tabelas abaixo sobre a Tarifa de Iluminação Pública por MWH (megawatt/hora), cobrada pela Companhia Estadual de Energia Elétrica.

FAIXAS DE CONSUMO KWH	RESIDENCIAL URBANO	COMERCIAL INDUSTRIAL	RURAL
000 / 060	0,0%	1,0%	0,0%
061 / 100	1,0%	8,0%	1,0%
101 / 200	8,0%	12,0%	8,0%
201 / 500	12,0%	20,0%	12,0%
501 / 1000	15,0%	25,0%	15,0%
1001 /	20,0%	30,0%	20,0%

Camara de Vereadores  DESPACHO
Réne-se e Angrice-se
EM 26/10/93 The Chicago
P/es: dente



### ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUDO

PROJETO DE LEI 034/93 - E - F1 02

Art. 3º - "Art. 5º - Fica o Prefeito Municipal autorizado a alterar e assinar com a Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE, Convênio para a arrecadação e cobrança da Taxa de Iluminação Pública."

Art. 4º - "Art. 6º - Esta Lei entrará em vigor a partir de 01 de out<u>u</u> bro de 1993, revogadas as disposições em contrário."

AGUDO/RS, em 20 de agosto de 1993; 136º da Colonização/e 34º da Emancipação.

ARI ALVES ANUNCIAÇÃO Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

CLÓVIS FERNANDO FICK

Sec. de Administração Substituto

Camara de Vereadores

DESPACITO

Kétire-se a Miguise-se

EMDG/10/B Mitting Chresie,

Présidente